

Sumário

Introdução1

TEMA I - Listas Negras no Direito do Trabalho

Capítulo 1 – Direitos Fundamentais: origens, conceitos e gerações.....7

1.1 Direitos fundamentais de segunda geração 20

1.2 Direitos sociais dos trabalhadores.....23

1.3 Direitos fundamentais entre particulares26

1.3.1 Teoria da negação da eficácia32

1.3.2 Teoria da eficácia mediata ou indireta
(*Mittelbare Drittwirkung*)32

1.3.3 Teoria da eficácia imediata ou direta
(*Unmittelbare Drittwirkung*).....35

1.3.4 Teoria dos deveres de proteção38

Capítulo 2 – Liberdades do empregador *versus* direitos do empregado... 41

2.1 Direitos fundamentais do empregado..... 42

2.2 O poder diretivo do empregador..... 44

2.3 Colisão entre direitos fundamentais.....51

2.4 Proporcionalidade como fator de equilíbrio.....53

**Capítulo 3 – Listas Negras: práticas discriminatórias na contratação
de empregados e sua afronta aos direitos fundamentais57**

3.1 Práticas discriminatórias ou espaço de licitude do empregador?..... 58

3.2 Dados públicos ou pessoais do empregado?.....61

3.3 Os tribunais brasileiros e o princípio da publicidade.....	65
3.4 Acesso de dados para composição das listas/cadastros.....	68
3.5 Condutas discriminatórias e abuso do direito.....	70
3.6 Vilipêndio a direitos fundamentais do empregado.....	72
3.7 Instrumentos de reparação.....	74

TEMA II – Arbitragem Necessária nos Conflitos Laborais Coletivos

Capítulo 4 – Breve digressão histórica da arbitragem	81
Capítulo 5 – Arbitragem necessária: gênero ou espécie?	85
Capítulo 6 – Arbitragem de conflitos laborais coletivos.....	93
Capítulo 7 – Arbitragem necessária e seus aspectos	97
7.1 Previsão legal.....	99
7.2 Forma de processamento	101
7.3 Árbitros.....	103
7.4 Decisão arbitral.....	104
Capítulo 8 – Breve estudo de direito comparado	107
Capítulo 9 – Problematizações no instituto	117
9.1 A (in)constitucionalidade da arbitragem necessária em Portugal.....	118
9.2 A arbitragem obrigatória ante a Convenção nº 98 da OIT.....	123
9.3 A arbitragem necessária sobre os serviços mínimos de greve.....	133

TEMA III – Mediação no Processo do Trabalho

Capítulo 10 – Meios de resolução alternativa de litígios.....	143
10.1 Conciliação	144

10.2 Arbitragem.....	150
10.3 Mediação.....	153
Capítulo 11 – A experiência da mediação no direito comparado	155
11.1 Mediação no Brasil.....	155
11.2 Mediação nos Estados Unidos.....	158
11.3 Mediação na Espanha.....	161
11.4 Mediação na Itália.....	166
11.5 Mediação na França.....	170
11.6 Mediação na Alemanha	174
11.7 Mediação no Reino Unido	178
11.8 Mediação em outros estados da União Europeia	183
Capítulo 12 – Sistema de mediação laboral português	187
12.1 Considerações iniciais.....	188
12.2 Fundamentos do instituto	189
12.3 Objeto e características	191
Capítulo 13 – Princípios informadores da mediação.....	193
13.1 Princípio da voluntariedade	194
13.2 Princípio da confidencialidade	196
13.3 Princípios da igualdade e imparcialidade	197
13.4 Princípio da independência.....	198
13.5 Princípios da competência e da responsabilidade.....	199
13.6 Princípio da executoriedade.....	200
13.7 Princípios da celeridade e flexibilidade.....	200

Capítulo 14 – Procedimentos do sistema de mediação laboral.....	203
14.1 Procedimentos e custos da mediação no direito individual	205
14.2 Procedimentos da mediação no direito coletivo	207
14.3 A suspensão dos prazos de caducidade e prescrição.....	208
14.4 Efeito suspensivo da mediação.....	210
Capítulo 15 – Intervenientes do sistema de mediação laboral.....	213
15.1 O mediador	214
15.1.1 O mediador público	215
15.1.2 O mediador privado	217
15.2 Os mediados	219
15.3 Os advogados.....	220
Capítulo 16 – Temas polêmicos na mediação	223
16.1 Mediação em direitos indisponíveis?	224
16.2 Conteúdo e exequibilidade do acordo de mediação	229
16.3 Comparecimento e representação das partes	233
16.4 A questão da confidencialidade na mediação	234
Capítulo 17 – Mediações laborais eficazes.....	239
17.1 Caso SATA.....	240
17.2 Caso ANA.....	243
17.3 Caso ANTRAM.....	244
Conclusões.....	247
Referências.....	259